



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 169/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1570/2014 – 03 volumes.

2-Assunto: Prestação de Contas Anual.

3-Órgão: Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento – SEMTRAD.

4-Exercício: 2013.

5-Responsável: Sr. José Augusto de Souza Rodrigues, Secretário da SEMTRAD.

6-Unidade Técnica: DICAD-MA – Relatório Conclusivo nº. 01/2015 (fls. 519/541).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº. 273/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 543/547).

8-Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento, exercício 2013.

Regular com Ressalvas. Determinação à origem. Quitação ao Responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com Ressalvas, a Prestação de Contas da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento - SEMTRAD, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. **José Augusto de Souza Rodrigues**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Determinar à origem:

9.2.1- Que se abstenha de contrair obrigações que não possam, ser cumpridas no mesmo exercício, sem que haja disponibilidade financeira para arcar com os valores inscritos como Restos a Pagar;

9.2.2- Que observe e cumpra o prazo de recolhimento dos encargos sociais retidos da remuneração dos servidores até o dia 20 de cada mês a que se referem as remunerações, evitando prejuízos para o Município com pagamento de juros de mora e multa;

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 169/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Dar quitação ao Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: E2CB7A4C-BC85BF1E-CB3DF9E9-724D6C70